



Anais da Assembléia

Nº 122

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1988

ANO XIV

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA Nº 92ª DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1988.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Vera Agibert e Hermas Brandão.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Armada, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela (39). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Lindolfo Júnior, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceramto, Antônio Belinati, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Felinto, Neivo Beraldin, Luiz Antonio Setti, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca e Werner Wanderer (15).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 123/88

Curitiba, 28 de novembro de 1988.

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 113/88, de

24 de outubro de 1988, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que o artigo 1º do anteprojeto de lei por ela encaminhado (Projeto de Lei nº 312/88), passe a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 8666, de 14 de dezembro de 1987, à conta de receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor de Cz\$
... 110.000.000.000,00 (cento e dez bilhões de cruzados), em acréscimo à autorização já contida naquela lei, bem como na Lei nº 8.812, de 12 de julho de 1988, a fim de atender necessidades de ajustes orçamentários até o final do corrente exercício, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive transferência de recursos para as entidades vinculadas da administração indireta."

A aneja cópia autêntica do Ofício nº 397/88, desta data, firmado pelo Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral apresenta, com o devido detalhamento, os motivos pelos quais é formulada a presente solicitação.

Certo de poder contar com a atenção desta egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 28 de novembro de 1988

OF SEPL/S/397/88

Senhor Governador:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar encaminhamento de Mensagem ao Poder Legislativo visando dar nova redação ao Art. 1º do anteprojeto de lei encaminhado pela Mensagem nº 113/88, conforme texto a seguir:

"Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 8666, de 14 de dezembro de 1987, à conta de receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor de Cz\$
... 110.000.000.000,00 (cento e dez bilhões de cruzados), em acréscimo à autorização já contida naquela lei, bem como na Lei nº 8.812, de 12 de julho de 1988, a fim de atender necessidades de ajustes orçamentários até o final do corrente exer-

oício, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive transferência de recursos para as entidades vinculadas da administração indireta."

Tal solicitação prende-se ao fato de que o valor anteriormente previsto já se demonstra insuficiente, face à tendência de evolução das despesas acima da projetada, como foi o caso do reajuste de pessoal recentemente concedido, de 30%, bem como das suplementações para capacidade de empenho em favor do Departamento de Estradas de Rodagem e também para atender necessidades de despesas relativas a recursos de operação de crédito vinculadas.

É de se salientar também que boa parte do limite solicitado refere-se tão somente a ajustes de dotações orçamentárias, não significando um aumento efetivo da despesa total do Tesouro (por implicarem, muitas vezes em cancelamento de dotações), apesar de necessitarem autorização do Legislativo para os créditos suplementares a serem abertos.

O valor solicitado se baseia nas seguintes necessidades de recursos, por espécie de despesa:

	Em Cz\$ 1.000.000,00
	NECESSIDADES
- Pessoal e Encargos Sociais	65.000
- Serviço da Dívida	25.000
- Outros Custeios e Capital	
(despesas com recursos de	
operações de crédito	
vinculados).	20.000
TOTAL	110.000

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência minhas expressões de estima e apreço.

(a) ROMAR TEIXEIRA NOGUEIRA
Secretário de Estado do Planejamento
em exercício.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 936

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 271/88, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Prudentópolis, uma área de terreno medindo 1.140 m², registrado no Livro 3, sob n° 7954, em 17.06.49, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Prudentópolis, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei n° 247/88, que dispõe que o Poder Executivo providenciará o plantio de frutas no canteiro central das duas pistas entre Londrina e Rolândia, e n° 261/88, que providencia através do Poder Executivo o plantio de árvores frutíferas no trecho compreendido pela Rodovia BR-369 e a estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal S/A, entre Arapongas e a localidade de Aricanduva, no Município de Arapongas. Todos de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO N° 947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 322/88.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 294/88.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei n° 311, 312, 313, 314, 315 e 316/88, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, de acordo com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a dispensa da discussão e votação da redação Final aos Projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 912

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, com respaldo no Art. 7º da Resolução nº 17/67, seja apreciado pelo douto Plenário a Emenda nº 1042, aposta ao Projeto de Lei nº 283/88, relativo ao Orçamento Programa Anual 1989, onde posta recursos da ordem de 35 bilhões de cruzados para a COHAPAR.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Apoio:

Acyr Mezzadri, Paulo Furiatti,
José Felinto, Alexandre Ceranto,
Antônio Costenaro Neto, Cândido Bastos,
Paulino Delazeri, Lindolfo Júnior,
Eduardo Baggio, Orlando Pessuti,
Erondy Silvério, Ezequias Losso,
Werner Wanderer, Nestor Baptista,
Anibal Khury, Domingos Scarpellini,
Nereu Carlos Massignan, Antônio Bárbara,
Ferrari Júnior e Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM na forma do Art. 7º da Resolução nº 17/67, a votação em Plenário, da Emenda nº 1053.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR,

NELSON VASCONCELLOS, ALEXANDRE CERANTO,
ANTÔNIO COSTENARO NETO, ACYR MEZZADRI,
ANIBAL KHURY, NILTON BARBOSA,
CAROLDO RODRIGUES FERREIRA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,
AMÉLIA HRUSCHKA, ANTÔNIO ANNIBELLI,
ARTAGÃO MATTOS LEÃO, NEIVO BERALDIN,
ALGACI TÚLIO, ERONDY SILVÉRIO,
EDUARDO BAGGIO, RAFAEL GRECA,
IRONDI PUGLIESI, SABINO CAMPOS,
BASÍLIO ZANUSSO, GERNOTE KIRINUS,
NESTOR BAPTISTA, TADEU LÚCIO MACHADO,
ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA,
CÂNDIDO BASTOS, EDMAR LUIZ COSTA,
WERNER WANDERER, ANTÔNIO BELINATI,
QUIELSE CRISÓSTOMO, RAUL LOPES,
JOSÉ FELINTO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
LUIZ ANTONIO SETTI, DOMINGOS SCARPELLINI,
VERA AGIBERT, DAVID CHERIEGATE,
VALDERI MENDES VILELA, FERRARI JÚNIOR,
JOÃO ARRUDA, PIRAJÁ FERREIRA,
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, ANTÔNIO BÁRBARA,
HERMAS BRANDÃO e DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações, e manifestações de registro pela passagem dos 25 anos de

existência do Grupo de Dança Emma Sintani, pelo sucesso alcançado e o alto nível artístico de suas apresentações, na propagação da arte da dança, como forma de enriquecimento e da significativa contribuição à nossa cultura.

Desta decisão requer, seja dada ciência àquele Grupo de Dança, no seguinte endereço: Av. Vicente Machado, 404 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Dança "Emma Sintani", iniciou suas atividades em 1970, e desde então vem se apresentando regularmente em Ponta Grossa e outras cidades do Brasil com muito sucesso, devido ao ótimo nível de suas coreografias e o perfeito acabamento de seus espetáculos.

Obteve prêmios em vários festivais de abrangência nacional e do seu repertório constam coreografias como: "A Casa de Bernarda Alva", "Zapata", "El Amor Brujo", "O Pássaro e o Samurai", "Ballet Romantique" (2º lugar no Festival Nacional de Dança de Joinville - SC), "Uma Pequena História Trivial", "Jogos Sentimentais", "Dançando Joplin", entre outras.

Atuaram como convidados em seus espetáculos, bailarinos de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Bolívia e Uruguai; e alguns bailarinos que iniciaram no Grupo de Dança "Emma Sintani", posteriormente ingressaram em corpos de baile como o do Teatro Guaíra e do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Atualmente, em paralelo com as suas atividades normais, o Grupo está desenvolvendo um trabalho didático junto às escolas de 1º e 2º graus, objetivando despertar o gosto e o interesse, entre as crianças e os jovens, por espetáculo de Ballet, contribuindo para o desenvolvimento de novas platéias e incentivando futuros bailarinos".

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao BANESTADO pela passagem de seus 60 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que receba e transmita aos demais diretores, bem como a todos os funcionários do conglomerado Banestado, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido pelo Banestado para o desenvolvimento econômico e social do Paraná é por demais conhecido e elogiado nacionalmente.

O Banestado, hoje um banco múltiplo, já vem de décadas - desde a sua fundação operando um grande serviço em favor de todos os setores, contribuindo para o fortalecimento do Estado e bem-estar dos paranaenses.

A atual diretoria, sob a competente liderança do Dr. Carlos Antônio Almeida Ferreira, tem sabido dar continuidade ao programa de ação das diretorias anteriores, seguindo a filosofia traçada pelo eminente Governador Álvaro Dias, para ser um Banco Social e Municipalista, fator preponderante para a geração e distribuição de riquezas.

O BANESTADO tem um papel econômico da maior significação, atuando com competência no âmbito financeiro, dando destacado apoio ao setor econômico colaborando de forma expressiva para o crescimento do setor produtivo do Paraná.

Isto resulta, direta e indiretamente, em benefícios sociais para todos os cidadãos.

O BANESTADO tem sido base sólida e ponto de apoio firme para os empreendimentos paranaenses. Ajuda, portanto, no crescimento da economia, no desenvolvimento empresarial e na geração de empregos aos paranaenses nos mais variados segmentos.

A par disso o Banestado possui diversos programas eminentemente sociais, em especial atuando junto às prefeituras e dando apoio aos organismos do Governo do Estado.

Além disso, são notórios o estímulo, o apoio e o incentivo que o Banestado oferece para o setor de artes e cultura em geral. Todas as manifestações populares, os projetos de arte e cultura, as realizações em favor da preservação e ampliação da identidade paranaense encontram sempre o mais pronto apoio do Banestado.

Todos os projetos bons para o Paraná e de interesse dos paranaenses têm incentivo e colaboração do Banestado que chega aos 60 anos mais ágil, moderno e participativo.

Portanto, este Poder Legislativo associa-se ao júbilo dos paranaenses por tão importante efeméride, manifestando desta forma o seu reconhecimento ao desempenho do Banestado, ao trabalho de sua Diretoria e ao mesmo tempo reverencia todos aqueles que foram direta ou indiretamente responsáveis pelo estágio atual do Banestado, que se situam em posição privilegiada no contexto nacional, colhendo elogios e o mais amplo reconhecimento.

REQUERIMENTO N° 944

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de louvor ao Ilustríssimo Senhor Ventura Ramos, Digníssimo diretor do jornal "Soberania" de Tegucigalpa, Honduras, pela criação do referido órgão que vem somar no trabalho de defesa dos Direitos Humanos na América Central.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Soberania" é mais um órgão da imprensa independente, a serviço das causas maiores do povo hondurenho, entre as quais a conquista de sua soberania e a defesa dos Direitos Humanos.

Por estes motivos, o Senhor Ventura Ramos (Apartado 823 - Manágua - Nicarágua) merece o nosso apoio e voto de louvor

REQUERIMENTO N° 942

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Casa da Sopa (CEMIC) de Goioerê.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Sopa (CEMIC) de Goioerê é uma entidade assistencial considerada modelo em termos de Estado do Paraná no perfeito atendimento de crianças carentes. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 943

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando gêneros alimentícios e auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia de Mamborê.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Luzia, localizada no distrito de Guarani, município de Mamborê, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços ao povo daquela localidade no atendimento de crianças. Entretanto, em razão de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacioná-

rios, necessita de auxílio.

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando a manutenção da agência de Rendas do Estado no Município de Paranacity.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Algumas informações que chegam a Paranacity dão conta que o Governo do Estado estaria estudando a possibilidade de transferir a agência de Rendas para outro Município.

No entanto, todas as lideranças do Município não desejam que a medida seja tomada. Paranacity é sede de Comarca, possui uma cultura agrícola diversificada, apresenta uma pujante e diversificada cultura agrícola o que tem proporcionado uma arrecadação acima das expectativas.

Desta maneira solicitamos apoio dos demais Pares para este requerimento.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 086/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva autorizada a realizar a contratação de assistência jurídica especializada na Capital Federal para promover as medidas legais cabíveis, inclusive criminais, contra o Senhor Ministro dos Transportes, pela responsabilidade do abandono das rodovias federais constantes do Plano Nacional de Viação que cortam o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta da rubrica orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O abandono da conservação das rodovias federais que atravessam o Estado do Paraná poderá motivar um processo contra o Ministro dos Transportes, segundo a opinião de eminentes juristas. Diante do princípio constitucional de que a República tem por objetivo garantir o desenvolvimento nacional (Constituição, Art. 3º, II), este membro da Assembléia paranaense reputa de ilegal o abandono das rodovias, que vem afetando o transporte de pessoas e de bens, causando acidentes com perda de

vidas e comprometendo a integração e a continuidade econômica de todo o Sul do Brasil.

Pretende o Legislativo paranaense estudar a instituição de Procurador Especial, de alta competência jurídica, para promover perante a Justiça a responsabilidade legal e criminal das autoridades responsáveis pelo abandono, no caso o Titular do Ministério dos Transportes por força do Art. 87, I, da Constituição vigente. Interpelando o estado de espírito de milhões de paranaenses prejudicados pelo descaso na conservação das rodovias federais - que chegaram a promover passeatas, bloqueios e outros atos públicos de protesto - pretendemos que a Assembléia Legislativa questione o abandono da tarefa administrativa federal de adequada e necessária conservação das rodovias de jurisdição federal, baseado no princípio da contrapartida de que a União não renunciou formalmente a cobrança de impostos e a jurisdição sobre aqueles bens, incumbindo-lhes conservá-los para que sirvam ao uso para que se destinam.

Como exemplo dessa situação de abandono a que foi relegada a coisa pública temos entre outros, a BR-116, rodovia de importância estratégica por fazer a ligação dos Estados do centro-sul com o sul do Brasil, de intenso tráfego e traçado antigo; a BR-376, entre Curitiba e Joinville, com traçado perigoso por correr em região montanhosa; a BR-476, no trecho em terra entre Bocaiúva do Sul e Adrianópolis, divisa paulista, inteiramente abandonada, sem citar outras em igual situação, como a BR-277, que demanda o porto de Paranaguá e o litoral paranaense.

Nessas rodovias o risco de acidentes fatais é constante, como comprovou recente inspeção promovida por uma delegação desta Casa: são caminhões acidentados com gravidade; veículos de passageiros lançados fora da pista; trechos esburacados e de grande risco e situações similares.

Finalizando, o Estado tem que estar a serviço da Nação e não o contrário. A administração Pública em geral e o Ministério dos Transportes em particular, receberam encargo de manter a malha rodoviária do Brasil, para permitir o trânsito de mercadorias e bens, o desenvolvimento e até a própria segurança do território. Não o fazendo, essa autoridade está desertando de suas responsabilidades legais, o que pressupõe a apuração da responsabilidade incorrida.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 324/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a expedir ao Município de Ponta Grossa título de domínio pleno do imóvel denominado "Botuquara", situado naquele município, com a área de 6.826.336,00 m² ou 282,08 alqueires, com a seguinte descrição: o ponto de partida da medição do imóvel ficou assinalado por um marco de cimento cravado junto à cerca de divisa, na confrontação com herdeiros de Manoel Rodrigues e Hélio Bruggemann de Campos; daí segue pela cerca de divisa, na confrontação com Hélio Bruggemann de Campos, com os seguintes rumos e distâncias: 03°49'SO, com 114,10m; 59°26'SO, com 85,60m; 34°18'SO com 176,90m; 34°49'SO com 72,50m; 15°37'SO, com 103,00m, 58°59'SO com 125,00m; 17°15'SO com 432,10m; 57°37'SO com 408,90m; 64°08'NO com 773,70m; 31°09'NO com 1.523,50m; 14°35'NO com, 409,40m; 30°45'NO com 1.297,70m e alcança o Rio Botuquara, na confrontação com Willi Anderson; daí segue cruzando o Rio Botuquara, pela cerca da faixa da estrada, com os seguintes rumos e distâncias: 03°51'NO com 28,10m; 09°12'NO com 68,20m, alcança o canto da cerca, na confrontação com a EMBRAPA; daí segue pela cerca de divisa, na referida confrontação, com os seguintes rumos e distâncias: 21°30'NO com 72,30m; 02°32'NE com 306m e alcança a cerca de limite da faixa da estrada que liga Itaiacoca à BR-376; daí segue cruzando a referida faixa e aos 31,10m alcança a cerca de limite da faixa; daí segue pela cerca de divisa, na confrontação com a EMBRAPA, com os seguintes rumos e distâncias: 02°32'NE, com 677,80m; 27°23'NO com 72,20; 13°16'NO com 122,70m; 28°52'NO com 1.352,10m, 62°25'NE com 359,20m, alcança a estrada que liga Ponta Grossa à Itaiacoca; daí segue pela estrada, em sentido a Itaiacoca, e aos 2.530,70m alcança o marco de cimento, cravado na confrontação com Marilena Ribas Coimbra; daí segue pela cerca de divisa, na referida confrontação com rumo de 30°09'SE e aos 211,80m alcança a água de divisa; daí segue pela água de divisa abaixo, na mesma confrontação e aos 1.610,80m alcança a cerca de divisa; daí segue pela cerca de divisa, na confrontação com Marilena Ribas Coimbra, com os seguintes rumos e distâncias: 66°13'SE, com 50,90m; 46°12'SE com 3.037,60m, alcança o marco de cimento cravado na confrontação com herdeiros de Manoel Rodrigues, daí segue pela cerca de divisa, na referida confrontação, com os seguintes rumos e distâncias: 31°41'SO, com 257,20m; 80°04'NE, com 79,90m; 12°40'SO, com 582,10m; 26°36'SE com 161,90m; 43°28'SE, com 89,20m; 14°55'SE com 74,00m, alcança a água de divisa, daí segue pela água de divisa acima, na mesma confrontação e aos

886,80m alcança o marco ponto de partida, fechando o perímetro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Em 11 de fevereiro de 1941, através do Decreto Lei n. 11.035, assinado pelo Senhor Manoel Ribas, Interventor Federal, publicado no Diário Oficial em 17.02.41, foi transferido ao município de Ponta Grossa o Serviço de Água e Esgoto da Cidade, que até então vinha sendo administrado pelo Estado do Paraná.

O referido ato determinou que a transferência regular-se-ia por "um contrato a ser assinado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, no qual serão estabelecidas, não só a forma de reembolso das despesas efetuadas pelo Governo do Estado, como também as obrigações recíprocas com relação ao funcionalismo em exercício no serviço transferido".

O instrumento contratual, celebrado em 13 março de 1941, consoante minuta elaborada pela Procuradoria da Fazenda, publicada no Diário Oficial de 03 de março de 1941, estabeleceu, expressamente, entre outras condições, que a transferência far-se-ia da data da entrega, por parte do outorgante Estado do Paraná, dos serviços existentes e respectivo inventário, assinado pelas partes contratantes.

Prescreveu, ainda, o valor de rs. 200:000\$000 - (duzentos contos de réis), anuais, a título de indenização das despesas que o outorgante fizera com melhoramentos e ampliações das redes e mananciais, até a quitação completa da dívida, e que "Findo o pagamento da última prestação anual), independentemente - de qualquer ato, ficarão automaticamente incorporados à rede de água e esgotos de propriedade da outorgada todas as obras e melhoramentos executados pelo outorgante" (Cláusula Décima Segunda).

Naquela época, então, a municipalidade assumiu os serviços de água e esgotos de Ponta Grossa, operando e administrando todos os bens e equipamentos transferidos pelo Estado do Paraná, inclusive as edificações e terrenos utilizados pelo sistema.

A partir de 20 de janeiro de 1975, mediante a celebração de Contrato de Concessão n. 131/75, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, passou a explorar os serviços públicos em questão, havendo o Município transferido à concessionária a maioria dos bens e direitos vinculados aos serviços, em troca de participação acionária no seu capital social.

A avaliação desse acervo patrimonial do Município, convertido em participação

acionária, foi objeto do Termo Aditivo n. 01/76,, de 21.01.76, ao Contrato de Concessão citado.

Pois:

Dentre os bens imóveis transferidos pelo Município à SANEPAR, não constou a área 6.826.336,00m², ou 282,08 alqueires, denominada Botuquara, configurada na planta de cópia apensa, onde situa-se a nascente do curso d'água e represa do mesmo nome.

Desde 1914, o Botuquara, propriedade do Estado do Paraná, serviu ao Município na geração e distribuição de energia hidrelétrica, e a partir de 1939 foi a área utilizada pelo Estado na Administração dos serviços de abastecimento de água da cidade.

Evidentemente, tratando-se de área de proteção do manancial que abastecia Ponta Grossa, em 1941, integrante, portanto, do acervo patrimonial estadual afeto àqueles serviços, os terrenos em causa estão compreendidos no Decreto-Lei n. 11.035/41 e Contrato datado de 13.03.41, referidos em epígrafe. Isto é, pertencem ao Município de Ponta Grossa.

Por oportuno, mencione-se que o Município pagou integralmente a indenização estipulada no Contrato outorgado pelo Estado, conforme fazem prova as inclusas cópias dos documentos pertinentes, da receita estadual.

E na época da concessão dos serviços de abastecimento de água à SANEPAR, o imóvel não foi inventariado com os demais, para efeito de participação acionária do Município junto à Companhia, pela única razão da falta de título de propriedade.

Pelo mesmo motivo desinteressou-se a SANEPAR de recebê-lo como doação em pagamento de dívida municipal relativa à participação obrigatória do Município nos investimentos referentes às obras do sistema de coleta e remoção de esgoto sanitários.

Presentemente, embora já não mais convenha ao interesse público municipal dispor do imóvel para as finalidades acima descritas, dá-se conta ao Município que dele não pode dispor para qualquer outro fim, até que o Estado do Paraná lhe outorgue o competente título de domínio pleno, sobre a área de que se trata.

PROJETO DE LEI N° 325/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ARIOSTO DA RIVA.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Ariosto da Riva é um desses exemplos marcantes de bandeirante moderno, alargador de fronteiras, colonizador de terras novas, fundador de cidades.

Embora nunca tenha residido no Paraná, os seus projetos de colonização têm aberto novas perspectivas de vida para milhares de paranaenses.

Desde que fundada em 1973, a INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização, já empreendeu importantes projetos de colonização, sobretudo no norte matogrossense. Entre elas destacam-se os de Nova Floresta, Paranaíta e Apiaçás.

O Projeto de Alta Floresta foi desenvolvido numa área de 400 mil hectares, sendo ocupada por 90% de paranaenses.

Paranaíta teve sua denominação como homenagem ao Paraná, iniciando-se a partir daí o Projeto de Apiaçás.

Os projetos da INDECO resultaram na abertura de mais de 1.200 quilômetros de rodovias, expandindo a fronteira agrícola do País e possibilitando o acesso a terra, milhares de agricultores oriundos do Paraná.

A concessão da cidadania honorária do Estado é justo reconhecimento a quem, pelo espírito de iniciativa, determinação e visão, cria novos pólos de desenvolvimento.

Para o bandeirante moderno, Ariosto da Riva, terra boa não tem distância; uma nação poderosa precisa de uma agricultura forte; a livre iniciativa pode resolver todos os problemas nacionais; o agricultor brasileiro quer ser um proprietário tranquilo e nada resiste ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Lido o expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem falava eu nesta tribuna a respeito da precariedade, da violência dos presídios do Estado do Paraná. E por incrível que pareça, Srs. Deputados, o autor do maior assalto a bancos da história do País. o Sr. Moreno, que foi homenageado com um livro do ilustre jornalista, o papa do jornalismo brasileiro, Domingos Pellegrini Júnior, que se apresentou no meu programa de televisão, num grande debate ao Estado do Paraná, numa aula de civismo e de jornalismo a este Estado.

Um exemplo de jornalista, e ele apresentava no seu livro "O Assalto à Brasileira", onde mostrava um grupo de jovens da minha cidade, que enganados pelo Plano Cruzado resolveram assaltar o Banco do Estado do Paraná, que foi o assalto mais co-

mentado, mais divulgado e o mais aplaudido, senhores, em toda a história da crônica policial brasileira. Porque quando os marginais tomaram de assalto o Banco do Estado e adentravam no ônibus, seguidos por carros, pela imprensa, o povo aplaudia e gritava "vivas" aos assaltantes à brasileira. Depois, foram presos e levados ao cárcere do presídio da minha cidade. E ali dezenas de mulheres jovens mandavam cartas, mandavam beijos ao Moreno, o artista, o artífice do maior assalto à brasileira deste País.

Fizemos várias entrevistas, divulgamos o assalto, divulgamos também o livro do grande jornalista Domingos Pelegrini Júnior. Condenados, estavam lá na cadeia aguardando a remoção para a Capital do Estado. E esta madrugada, às três horas da manhã, Moreno o grande líder do assalto, que foi notícia em todo o Brasil, liderou a fuga do século. Chamou a atenção de toda a imprensa nacional e internacional. Fizemos até um livro "O Assalto à Brasileira". E esta madrugada, Moreno torna-se novamente o homem mais famoso do Brasil, porque ele liderou a maior fuga do século.

Sabem o que o Senhor Moreno fez, Senhores? No presídio da minha cidade, ele rendeu todos os policiais, rendeu todo o presídio! Todos foram presos: soldados desarmados presos em celas, seqüestrou dois homens da Polícia Militar, com seus respectivos veículos e os assaltantes, a uma hora destas já devem ter deixado o nosso Estado.

E agora de madrugada, a Polícia encontra dentro do presídio, a própria polícia presa pelos assaltantes do BANESTADO. Moreno se despede da nossa cadeia pública numa fuga sensacional, numa fuga marcante. Fez um assalto marcante, Deputado Costenaro. Um assalto que o Senhor presenciou, todo o Paraná, o Brasil, livros como diz o Domingos Pelegrino Júnior, o assalto à brasileira. E ontem, tivemos a fuga brasileira. Só pode acontecer neste País, a fuga à brasileira! Tivemos o assalto à brasileira, tivemos uma fuga à brasileira onde o senhor Moreno, o autor do assalto ao Banestado, prende os policiais.

E o senhor Moreno que queria voltar à crônica policial conseguiu ontem prender todos os policiais. Todos. Depois pegou um carro, com mais dois e, foram embora dando adeus ao velho presídio de Moisés Lupion; deram adeus ao presídio da minha cidade e, devem estar agora na divisa do Paraguai, ou em algum outro lugar.

Era isto, Sr. Presidente. Esperamos, pelo amor de Deus, uma reforma no sistema penitenciário do Estado do Paraná. Esperamos melhores salários à Polícia Militar do Paraná; esperamos melhores salários à Polícia Civil do Paraná e esperamos que o

Governo do Estado do Paraná, Sr. Presidente, aplique nesta nova Constituição uma grande parcela em dinheiro para aplicar no sistema penitenciário do Paraná e também para aplicar na segurança da família paranaense.

Espero, Sr. Presidente, que Deus ilumine as nossas cabeças para que nessa nova Constituição Estadual haja dinheiro na realidade para aplicarmos no sistema penitenciário do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passa-se ao horário das lideranças.

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela ordem) - Ainda no Horário da Liderança, pretendo, Sr. Presidente, fazer o registro do nosso voto acerca de alguns projetos e mensagens que constam da Ordem do Dia de hoje, da mesma forma que já constaram ontem e foram apreciadas e votadas por esta Casa.

Acontece que ontem, em virtude ao acúmulo de matérias constantes na Ordem do Dia e da forma apressada, atabalhoada com que a Presidência conduzia os trabalhos na oportunidade da discussão e votação dos assuntos constantes da Ordem do Dia, para dizer apenas, Sr. Presidente, que o voto deste Deputado contra o Orçamento de 1989 foi especialmente por dois motivos:

O primeiro, que esta Casa dá através da sua proposta, 30%, que autoriza a criar créditos suplementares até 30% do Orçamento, quer dizer, quase Cz\$ 700 bilhões, como também da mesma forma, como disseram os Deputados Luis Alberto e Peão Tonelli da tribuna desta Casa, os valores previstos para divulgação, especialmente para a Secretaria de Comunicação do Palácio do Governo.

Quereria também dizer que este Deputado vota contra o projeto e eu estou me antecipando Sr. Presidente, para não perder a oportunidade, o Projeto de Lei nº 313 que com o qual altera a Lei nº 8212, que autoriza a emissão e colocação de títulos da Dívida Pública do Governo do Estado do Paraná, é entendimento deste parlamentar que nunca se endividou tanto o Estado do Para-

ná como se faz agora, e não só os empréstimos internos e externos, agora altera também a Lei nº 8.212, numa providência do Governo do Estado, para que tenha recursos o seu Governo, mas, sem dúvida alguma aumentado o endividamento do Estado.

Também manifesto-me contrário à Mensagem nº 115/88 que objetiva a criação de um Fundo de Desenvolvimento Estadual e consequentemente o programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, por quê? Porque no entendimento deste Parlamentar, esse é um PRAM em 2ª edição. Nós já temos um Fundo de Desenvolvimento do Estado, temos um Plano de Ação Municipal e agora o Governo do Estado encaminha para cá a Mensagem nº 115/88, Projeto nº 314/88, objetivando a autorização desta Casa para criar mais um fundo, mais um programa, na verdade ele quer mais 100 milhões de dólares de empréstimo, quando a grande discussão nacional do Pacto Social é zerar o déficit público! Os Estados todos estão discutindo com a Comissão Mista do Congresso Nacional como conciliar os interesses dos Estados com o compromisso do Pacto Social que o Governo Federal assumiu com os trabalhadores e com os empresários. Os Estados que não querem pagar os seus 25% das dívidas vencidas, em 1989, propõem a rolagem destas dívidas, quer dizer, os Estados alegam não poder pagar, porque não têm com o que pagar, e agora, nestes dias da Discussão do Pacto da rolagem das dívidas dos Estados, o Governo do Paraná, que nunca teve similar na História, nenhum Governante e nenhum Governo endividou tanto o Estado, agora mais uma mensagem, mais 100 milhões de cruzados.

Por isto, Sr. Presidente, talvez não me sendo dada a oportunidade no momento do encaminhamento e discussão da matéria, faço agora, na hora reservada aos partidos, para antecipar o meu voto, que peço a V. Ex.^a fazer consignar na Ata dos trabalhos de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será consignado o voto de V. Ex.^a.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, líder do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos participando da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades no fechamento de duas escolas em Curitiba: Escola D. Manoel da Silveira D'Elboux e o PIC, Programa de Integração da Criança, e neste exato momento, presta depoimento nesta CPI, a ex-Secretária da Educação, Professora Gilda Poli, razão pela qual chegamos atrasados à sessão. E o que nós podemos entender é que

na verdade existe um confronto entre o pensamento da ex-Secretária e o atual Secretário. A ex-Secretária dizendo que é mais importante enfrentar os desafios da educação, mesmo enfrentando as situações difíceis do que se sentir omissa aos problemas da educação. O Sr. Secretário diz que quando a escola não dá lucro, o jeito é fechar, então a coisa está neste pé, lamentavelmente, o que estamos sentindo nesta CPI.

Mas, venho também a esta tribuna para dizer da gravidade em relação ao que traz hoje o "Jornal do Estado", que diz: "BANESTADO LEASING: OPERAÇÕES SUSPEITAS". Parece-me que o Banco do Estado do Paraná permitiu uma operação de crédito a uma empresa já falida, na ordem de aproximadamente 700 milhões de cruzados. O Banestado Leasing que pertence ao conglomerado do Banco do Estado do Paraná, realizou várias operações de crédito, aquinhando uma empresa em estado pré-falimentar com financiamentos que atingiram a mais de um milhão de dólares, ou cerca de 700 milhões de cruzados.

A empresa é a "Indústria e Comércio de Bebidas Kreusch" e os processos foram dirigidos pelo diretor da instituição, Sr. José Tarcízio Falcão, com a colaboração do seu cunhado, o jovem advogado Alexandre Schwartz, consultor jurídico do Banestado Leasing.

A primeira operação foi encaminhada através da agência Portão do Banco do Estado do Paraná, da qual é gerente o Sr. José Edson Marquesini, onde a firma Kreusch possuía conta corrente com mais de uma dezena de cheques devolvidos por falta de fundos e os bens dados em garantia eram constituídos pelo complexo hidro-mineral Santa Paula, composto de área destinada a um Park-Hotel climático, fonte de água mineral, modernas e completas instalações de engarrafamento.

Segundo o que diz a nota do jornal, acontece que a propriedade plena destes bens, estava, como está, vinculada a liquidação de títulos, notas promissórias dados em pagamento do preço de aquisição, com cláusula pró-solvendo e esses títulos, além de não terem sido resgatados, estavam, alguns deles, vencidos. Também estava, como está vencido, o prazo em que a Indústria Kreusch deveria outorgar ao proprietário do complexo hidromineral a escritura de unidades de imóvel, dadas como parte de pagamento.

E como o Sr. Falcão, diretor do Banestado resolveu o problema da garantia, para entregar esta vultosa quantia à fábrica de bebidas, ao seu cunhado e advogado da Leasing, pareceu simples: os Srs. Clemente Kreusch e Jayme Kreusch, na qualidade de cotistas da empresa "Águas Minerais Santa

Paula", venderam para eles próprios, a "Indústria e Comércio de Bebidas Kreusch", os bens do complexo hidromineral que não haviam sido pagos.

O Banestado simplesmente deixou de exigir provas de quitação daqueles bens e foi realizado e creditado mais de 200 milhões de cruzados, que hoje corrigidos, passam a ser cerca de 400 milhões de cruzados, na conta corrente que a Indústria e Comércio de Bebidas mantinha e mantém na agência Portão do Banestado e outros financiamentos viriam logo após uma sucessão de créditos vultosos que excederam a um milhão de dólares, sem que nenhum deles recebesse o pagamento de qualquer amortização.

Agora está sendo montado novo esquema para entregar à Kreusch mais de 120 milhões de cruzados aproximadamente, que se encontram bloqueados como resíduo do leasing concedido a pretexto de salvar a empresa da falência, mas depois do primeiro empréstimo veio outro de 105 milhões de cruzados, que hoje, fora os juros compensatórios, juros de mora e outras taxas, soma 201 milhões de cruzados.

A Indústria Kreusch já obteve de financiamentos no Banestado e BRDE quase a metade do valor atribuído para a venda do Banco Del Paraná, Instituição Financeira Internacional, com sede em Assunção, Paraguai; tudo fácil e impunemente, e o Jornal do Estado está reunindo novos elementos, inclusive documentação, a fim de tornar a público todos os detalhes desse festival de milhões, que nos parece um verdadeiro cambalacho, esta situação em que envolve o Banestado Leasing.

Então, é preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se faça um pedido de informações - e eu estou já preparando - encaminhando à Mesa desta Casa, e tenho certeza que todos os Parlamentares do PMDB desejaram saber a realidade dos fatos, razão pela qual acredito que aprovem este pedido de informações e, se necessário for, chamar o Sr. José Tarcízio Falcão, Diretor do Banestado Leasing, que autorizou os financiamentos para uma empresa falida, que autorizou os financiamentos para esta empresa falida, para que venha a esta Casa, na Comissão de Finanças aqui da Assembléia, prestar os esclarecimentos necessários.

Tenho certeza que os Senhores Deputados do Partido da Situação deverão entender da necessidade que esta Casa tem de fiscalizar, principalmente quando um funcionário do Banco, um Gerente do Banco, acaba cometendo erros graves como este, irresponsáveis até, de permitir financiamentos para uma empresa que está falida.

É esta a nossa posição. É o apelo que fazemos a esta Casa para que, evidentemente, some nesta ação de fiscalização com

relação a este cambalacho aqui que envolve o Banestado, não a instituição, mas a qual nós devemos preservar por entendermos da importância do Banestado no seu contexto todo, no seu trabalho que presta ao Estado do Paraná, mas sim a pessoa responsável, o Sr. José Tarcízio Falcão, Diretor do Banestado Leasing, para que dê esclarecimentos, para que venha a esta Casa prestar os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Representação do PMDB. (DECLINA)

Encerrado do Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 311, 312, 313, 314, 315 e 316/88, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 311/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 112/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede e foro em Araucária, um imóvel urbano com área de 1.141,30 m², situado na sede do referido Município e havido pelo Estado através da Transcrição imobiliária nº 5.223, às fls. 200 do livro 3 nº 7, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária. Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai atender V. Ex..

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento

queiram levantar-se. (PAUSA)

Vinte e um Senhores Deputados aprovam.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Sr. Presidente, pela ordem. Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (PAUSA)
Dois Deputados rejeitam.
Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem, Sr. Presidente. Não há quorum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. Deputado requer a chamada nominal dos Srs. Deputados?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência já havia anunciado o resultado. Em consequência não há quorum para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que o nobre Deputado requereu a chamada nominal...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Após...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Durante...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Após V. Ex.^a tgr... (Conversas paralelas).
V. Ex.^a conhece a tramitação dos trabalhos regimentais, como conhece também os Srs. Deputados do Governo.

V. Ex.^a sabe que não havendo quorum para votação, V. Ex.^a apenas pode fazer quorum para dar prosseguimento à sessão.

Entretanto, não pode colocar em votação as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal e se houver número, vai conceder nova verificação à votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - V. Ex.^a não pode proceder desta forma afrontando o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Regimento Interno permite que se faça verificação e chamada nominal a qualquer instante, não pode é votar sem número.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Determino, Sr. Presidente, de que haja prosseguimento da sessão, mas não da votação. V. Ex.^a sabe e tem assessoria da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Desejo comunicar a V. Ex.^a e denunciar ao Paraná de que está havendo uma fraude no processo de votação do Orçamento do Estado. Eis que não havia número suficiente para votação e V. Ex.^a está, depois de verificação a não existência de número legal, V. Ex.^a só pode continuar a sessão e não solicitar, Sr. Presidente, não pode colocar em votação a matéria constante da pauta de acordo com o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela ordem) - Sr. Presidente, apenas para esclarecer, o Orçamento do Estado teve a sua 3.^a votação, ontem, aprovada, portanto, não estamos hoje votando o Orçamento do Estado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Esclareço ao eminente Deputado que estamos em 4.^a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lamenta informar ao Deputado que no § 2º - Art. 176: "É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da Mesa."

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência sabe ou V. Ex.^a está desconhecendo a praxe tradicional dos Parlamentos do mundo inteiro, no sentido de que os Deputados podem retirar-se da sessão no momento que desejarem, inclusive como forma de evitar aprovações de matéria que não desejam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acredito nessa prática e até já a usei. Mas, V. Ex.^a está redundando um erro quando afirma que pode se retirar na hora da votação. A Mesa vai proceder à chamada nominal e vai proceder novamente à votação. V. Ex.^a pode se retirar quantas vezes quiser, não vai dar número.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mas não se trata de verificar mais a votação, Sr. Presidente, trata-se de constatar o seguinte: não há quorum para votação de matéria nesta manhã. Este é o ponto da questão. V. Ex.^a sabe que não havendo número suficiente para votação, a Mesa não pode, inclusive, determinar chamada nominal para que, desta forma, se socorra o quorum para votação. V. Ex.^a incorre em erro - data vênica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

vai proceder à chamada nominal.

Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

A SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Vera Agibert) -
Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 34 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para a votação. Vou submeter novamente à votação o Projeto de Lei 311/88. os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem)
- Solicito a verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa defere e fará a verificação de votação. Solicito aos Srs. Deputados que permaneçam em seus lugares. As pessoas que não fazem parte do Plenário, a Mesa solicita que se retirem.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Os Deputados da Oposição também devem retirar-se ou não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não pode evitar de que eles usem deste recurso parlamentar. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

28 (vinte e oito) dos Srs. Deputados aprovam o Projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

02 (dois) dos Srs. Deputados rejeitam. Está Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 312/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 113/88), que altera os limites para a abertura de créditos suplementares fixados na Lei n° 8.666, de 14 de dezembro de 1987, ampliados pela Lei n° 8.812, de 12 de julho de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela ordem) - Requeiro, Senhor Presidente, que conste da Ata o voto contrário deste Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Igualmente da Bancada do PT.

O SR. ALCACI TÚLIO (Pela ordem) - Igualmente do PDT, Sr. Presidente, quero comunicar a minha ausência no Plenário porque continuo lá embaixo, na CPI.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 313/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 114/88), que dá nova redação ao artigo 3° e seus parágrafos 1° e 2°, da Lei n° 8.212, de 30 de dezembro de 1985.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes: o item 9 da Ordem do Dia, objeto de discussão neste momento, para posterior votação, como tantos outros, nos preocupam e gostaríamos de trazer a esta tribuna algumas das preocupações do Partido dos Trabalhadores, com relação a esta matéria em tela de discussão e de votação, neste Parlamento.

Aliás, não é de hoje, desde que aqui estamos, é que nós estamos preocupados, a quantas andam as finanças e os compromissos dos cofres públicos do Estado do Paraná. Sempre questionamos o processo de endividamento do Estado do Paraná, pelo menos as suas justificativas. Questionamos as contas do Estado do Paraná, os orçamentos, as prioridades pré-estabelecidas e cada vez mais estamos nos convencendo de que este Parlamento deveria constituir uma auditoria completa sobre as contas e a quantas andam as finanças públicas do Estado do Paraná, porque a todo momento que nós propomos pedidos de informações, sempre nos foram negados pela Bancada que aqui dentro tem a maioria, embora lá fora não tenha mais apoio da maioria. Por causa disto é que temos muitas dúvidas, temos razões em levantarmos questionamentos, de indagar, de perguntar para este Parlamento, e desafiar os partidos que aqui estão, os Parlamentares que aqui estão.

Nós somos mais atuantes, mais independentes, mais competentes no sentido de termos clareza com o que está ocorrendo com as finanças públicas, com os compromissos políticos, financeiros, econômicos do Estado do Paraná. Um objeto que nos leva a preocupações é esta votação, desta matéria, Projeto de Lei n° 313/88, oriundo da Mensagem Governamental n° 114/88 que objetiva alterar a redação do artigo 3 e seus parágrafos 1° e 2° da Lei n° 8812, de 30 de dezembro de 1985, que autoriza o Poder Executivo a emitir e colocar no mercado financeiro títulos da dívida pública do Tesouro do Estado do Paraná.

Com esta alteração proposta, o Estado poderá emitir no mercado financeiro, obviamente título da dívida pública do Governo do Estado no valor de Cz\$ 34 bilhões. Esses títulos, segundo a justificativa da própria mensagem, servirão para saldar junto às empreiteiras de obras rodoviárias, uma dívida de igual valor, por obras já executadas.

A urgência do pagamento se deve ao fato de que estas mesmas empreiteiras devem ao Banestado Cz\$ 34 bilhões e deverão sal-

dar esta dívida até dezembro de 1988.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta primeira menção, esta primeira constatação nos leva a crer que as dívidas do Estado do Paraná estão aparecendo. Dívidas que não constam nos números; dívidas que não constam da divulgação do Secretário das Finanças; dívidas essas superiores àquelas mencionadas pelo Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista, que afirmou repetidas vezes que o Estado do Paraná deve apenas em torno de US\$ 900 milhões.

Apareceu mais C\$ 34 bilhões, que é quase US\$ 100 milhões, para empreiteiras que agora se procura buscar uma artimanha para apresentar essa dívida que irá comprometer nosso Orçamento para 1989.

O Orçamento que acabamos de votar a partir de hoje será comprometido com mais de C\$ 34 bilhões no ano que vem.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, preocupamo-nos quando ouvimos que o Governo do Estado autorizou a realização de obras sem ter previsão do Orçamento para a sua realização.

Onde é que está a moralidade que se falou tanto, a transparência que se falou tanto, onde é que está? Quando agora nós percebemos que o Estado do Paraná contraiu C\$ 34 bilhões de dívidas com empreiteiras que realizaram ou estão realizando obras, e agora o Governo, para não passar por mau pagador, para não negar conta, debita no nosso Orçamento.

Além disso, o Governo do Estado facilitou que o Banestado emprestasse o valor das obras executadas para as empreiteiras. Aonde é que está a transparência, onde é que está a moralidade, quando nós, parlamentares, tomamos conhecimento agora na hora de pagar a conta; na hora de comprometer um orçamento? Um orçamento que já foi votado, agora vamos alterar uma lei para emitir títulos de dívida pública para justificar gastos que foram assumidos na calada.

Agora, impossibilitados de cumprir seus compromissos, o Governo vem e lança Tesouro do Estado. Mas sabemos que criará problemas ao Estado e à sua população, porque em 1989, a população do Estado terá que pagar. Por mais que o Governo negue, esta manobra implica no maior indigamento do Estado, porque parte da receita do Estado já está comprometida, a receita de 1989 já está gasta com o resgate dos títulos, que, em última análise, vão beneficiar as empreiteiras, que, em última análise, continuam fazendo tempo, "mamando" nos cofres públicos.

Nós vamos perceber quem são os homens mais ricos do mundo? Nós vamos perceber que lá estão os grandes empreiteiros deste globo terrestre! Como é que eles conseguiram

ser os homens mais ricos do mundo? É exatamente "mamando" nos cofres públicos! É preciso, está na hora, em nome da moralidade, em nome da transparência, que a Administração Pública seja aberta, seja discutida, e é preciso "desmamar" aqueles que estão "mamando" injustificadamente.

Concedo o aparte ao Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Nobre Deputado Pedro Tonelli, faço alguns questionamentos a V. Ex.^a. Em primeiro lugar, a matéria que se vota agora já é autorizada desde 1985 e apenas há uma alteração, prevista no orçamento, e aí a transparência. E até por uma questão de decência, o Governo do Estado faz questão de mostrar onde vai buscar os recursos. Agora, a mim preocupa muito que V. Ex.^a não queira que as empreiteiras recebam o dinheiro das obras executadas, mas, deixemos de lado as empreiteiras.

Preocupa-me o desinteresse de Vossa Excelência pelas obras que o Paraná precisa executar, e não são poucas, e ao mesmo tempo, não vejo em V. Ex.^a preocupação no pagamento dos funcionários destas mesmas empresas, porque se o Estado não pagar as empresas, evidentemente as obras não serão executadas, ou se executadas forem, os funcionários, os trabalhadores, os verdadeiros executores destas obras estão deixando de receber também os seus salários. Então, sinceramente, me traz uma preocupação muito grande, em primeiro, o dizer de V. Ex.^a de que não há transparência, tanto é verdade, que os números que V. Ex.^a acaba de apontar na tribuna são todos transparentes, porque o Governo do Estado tem feito questão de mostrar à população. V. Ex.^a se pegar o Projeto de Lei nº 313/88, vai ver, esmiuçado, o que foi feito, vai ver o Orçamento que já contempla a possibilidade, de se colocar, através do Tesouro do Estado, através de Lei, aprovada aqui, em 1985, então não há nada, mas absolutamente nada que não seja transparente, tão transparente que até a Bancada de Vossa Excelência tem conhecimento.

Quanto aos empréstimos que Vossa Excelência discute, nós temos notado que o Paraná, eu já disse aqui e quero reiterar, é o único Estado que em 1988, nobre Deputado, fez pagamento da sua dívida externa e interna. É o único Estado que tem hoje, em nosso País, capacidade para buscar recursos, mais baratos possíveis, com os juros menores que nós conhecemos no mercado internacional, no exterior.

E a transparência, volto a insistir, está mais do que clara, porque V. Ex.^a pode discutir amplamente o que tem sido votado nesta Casa!

Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço e volto a insistir pela transparência sim, na hora de pagar a conta, mas há seis meses atrás, quando nós fazíamos um pedido de informações, sabendo das obras que o Governo do Estado vinha assumindo, sem dotação orçamentária, aquele pedido de informações foi negado, por isso foi negada a transparência na hora de mostrar os compromissos e a situação real do Estado, agora, na hora de pagar a conta, eu concordo, nessa hora há que transparecer porque é o povo que paga a conta!

Eu digo a todos, ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e a todos que me ouvem neste momento, o Paraná não pode "comer feijão e arrotar churrasco", nós temos que nos preocupar com a nossa governabilidade, não podemos ficar toda semana autorizando endividamento do Estado, e cada vez mais. Como é que vai ser amanhã este Estado do Paraná? Como é que vai ser o futuro do Paraná amanhã ou depois? Vai ser um Estado falido, como nós temos muitos no Brasil. Este Parlamento tem responsabilidade pelo futuro e é por isto que temos que levar na corda curta, nós temos que assumir o nosso compromisso, para não sermos acusados no futuro como cúmplices do passado, da falência do Paraná, um Estado ingovernável, um Estado falido. Esta é a grande preocupação do Partido dos Trabalhadores desde que veio a esta tribuna e vai continuar, na oposição, ou no Governo, nós vamos continuar preocupados com a vida no futuro.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu voto será contrário e espero a compreensão de todos os Parlamentares de todos os partidos, porque nós não podemos mais ficar engolindo sem mastigar tais absurdos.

Era isto, Sr. Presidente, era isto, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei 313/88. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Está anunciado o resultado, ele não está nem no seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação.
26 Srs. Deputados aprovam;
4 Srs. Deputados rejeitam.
Está Aprovado o projeto, artigo por artigo.

A Mesa vai anotar o voto contrário do Deputado Pedro Tonelli.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 314/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 115/88), que institui o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - EDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltadas ao interesse Urbano. Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela ordem) - Requeiro que conste da Ata meu voto contrário.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Requeiro registro de voto contrário ao item 10 do Projeto de Lei nº 314/88.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um pouco atrasado, mas a Mesa vai registrar.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 315/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 118/88), que objetiva alterar a Tabela de escalonamento vertical estabelecida pelo artigo 118, da Lei nº 6.417/73, modificada pelas leis nºs 6.839, de 22.12.76; 7.540, de 08.12.81; 7.637 de 10.09.82; 8.218, de 06.01.86; 8.289 de 08.05.86 e 8671 de 21.12.87. Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 316/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 119/88), que autoriza o Poder Executivo a doar a Associação de Pais e Amigos de Surdos - APAS, os lotes de terreno sob nº 22, 23 e 24 da Planta Irpácia Bairro Hugo Lange - Curitiba, de propriedade do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 120/88, de autoria do Deputado Paulo César Furiatti, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Dom Bosco", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 172/88, de autoria do Deputado Haroldo Ferreira, que doa ao Município de Francisco Beltrão, o lote urbano sob nº 2 (dois),

da quadra nº 181 (cento e oitenta e um), situado naquela municipalidade, 1ª Circunscrição, com os limites que especifica, objetivando a construção da Câmara Municipal daquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 01/87, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros, que cria o Distrito Administrativo de Pontal do Paraná, no Município de Paranaíba, com as divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 08/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que denomina a estrada que liga o Município de Quatro Barras a Piraquara até a BR-277, de Prefeito Antônio Alceu Zielonka. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 08/88

Art. 1º - Fica denominado "Prefeito Antônio Alceu Zielonka" o trecho que liga Piraquara a Quatro Barras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O motivo desta Emenda Substitutiva Geral prende-se ao fato de que no projeto de Lei nº 08/88, o trecho da rodovia em que se pretende homenagear o Prefeito Antônio Alceu Zielonka, se estende até a BR-277, rodovia federal, a qual não pode ser denominada por lei estadual.

Com a devida correção, contamos com o apoio dos nobres Pares ao Projeto de Lei em questão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 264/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que altera a denominação do atual Município de GOIO-ERÊ para GOIOERÊ, criado pela Lei nº 48 de 10 de agosto de 1955. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 95 de 15.08.88)

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 299/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública

o Grêmio Esportivo e Recreativo do Tribunal de Alçada. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 25.10.88)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 947, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 935, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 936, de autoria da Srª Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 938, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 940, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machaddo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 938, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 937, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 941, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 942, de autoria da Srª Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 943, de autoria da Srª Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 944, de autoria da Srª Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 912, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, com apoio dos Srs. Deputados Werner Wanderer, Cândido Bastos e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Prejudicado.

Requerimento de nº 913, de autoria dos Srs. Deputados Cândido Bastos, Eduardo Baggio, Basílio Zanusso e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Prejudicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs:
01/87, 08/88, 307/88, 308/88, 311/88,
312/88, 313/88, 314/88, 315/88 e 316/88.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs:
127/88, 264/88 e 299/88.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs:
294/88 e 208/88 e dos Projetos de Re-
solução n.ºs: 80/88, 81/88, 82/88, 83/88,
84/88 e 85/88.

Levanta-se a sessão.